



Carta dos movimentos populares sobre a Inteligência Artificial

Vivemos uma mudança de época. No Brasil, a inteligência artificial reconfigura a produção econômica, o trabalho e as relações sociais, aprofundando desigualdades estruturais. Para os movimentos populares, impõe-se uma dupla tarefa: apropriar-se da tecnologia para colocá-la a serviço dos povos e resistir ao seu uso enquanto ferramenta de exploração e espoliação da classe trabalhadora.

Foi com essa compreensão que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e a Marcha Mundial das Mulheres organizaram, entre março e abril de 2026, o curso "Inteligência Artificial e Movimentos Populares".

Tendo a educação popular como método e construindo a formação a partir das necessidades concretas da luta, passamos por seis encontros. Neles, buscamos trazer as elaborações históricas dos movimentos no campo da comunicação popular e formar estudantes no uso das principais plataformas de produção de texto, áudio, imagem e vídeo com IA. Tão importante quanto isso foi debater a soberania digital que queremos, e abrir espaço para dialogar sobre como a inteligência artificial já tem aparecido na vida das pessoas.

Não foram poucas as inquietações sobre as contradições que rondam o uso de IA, como o uso nas escolas, direitos autorais, roubo de dados, segurança e a questão ecológica. Apontamos que a solução destas contradições só virá da construção da soberania digital popular e da possibilidade de que os povos, a partir do investimento público, possam criar as tecnologias que dêem respostas para os desafios de seu tempo. Estas devem ser orientadas para a satisfação das necessidades do povo, e não para a concentração de mais riqueza e poder das grandes empresas. Neste sentido, não basta resistir.

É preciso disputar os rumos da IA e construir as bases para a soberania digital no Brasil. Isso começa pela criação de espaços de diálogo intersetorial no Estado brasileiro, com uma visão e projeto comum entre as iniciativas de digitalização e de inteligência artificial, garantindo que os movimentos sejam sujeitos desses diálogos. Passa, ainda, pela concretização e ampliação do Plano Brasileiro de IA, pelas propostas regulatórias e outras políticas públicas de ciência e tecnologia, no que tange a participação e transparência nas decisões automatizadas que afetam a classe trabalhadora. Passa, necessariamente, pela ampliação da capacidade computacional por meio do investimento em centrais de processamento de dados comunitárias.

O Brasil pode e deve liderar um debate global sobre soberania em inteligência artificial. Mas isso só será efetivo se essa soberania for construída pelo poder popular, com participação ativa dos movimentos, responsabilidade socioambiental e controle social sobre dados e algoritmos. Temos de proativamente defender um modelo de desenvolvimento tecnológico a serviço da

vida. Essa atuação não é um mero exercício de prefiguração de um mundo ideal. É uma resposta urgente às necessidades imediatas de quem não pode esperar por uma conjuntura revolucionária para comer, dormir, estudar, trabalhar com dignidade e viver uma vida sem violência. Com organização popular, ação territorializada e reflexão crítica, a IA pode estar a serviço da transformação social.

Sem soberania digital popular não há soberania nacional.

Este curso foi um primeiro passo. O caminho é coletivo. Convidamos outras organizações, movimentos, coletivos e frentes a somarem forças conosco nessa disputa. A construção da soberania digital popular não será feita por poucas pessoas, será feita por muitas, de baixo para cima.

MTST, MST e MMM